

A China como tema na imprensa alemã do século XVII

China in the 17th century German press

Marília dos Santos Lopes

Universidade Católica Portuguesa
Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC)
marilialopes@ucp.pt
ORCID: 0000-0003-0364-6109

RESUMO

A China é um dos países que mais interesse despertou na Europa dos séculos XVII e XVIII. Os primeiros viajantes entoam surpresa e admiração face a uma sociedade de grande abastança, riqueza e polícia. A imagem traçada acerca da sociedade e cultura asiáticas será um tema bem presente nas redes de conhecimento europeias, mormente na imprensa editorial alemã que sempre revelou grande interesse na apropriação e divulgação de notícias e conhecimentos sobre “novos mundos”. O presente artigo pretende aferir qual o lugar reservado à China. Quem são os autores editados na Alemanha dos séculos XVII? Qual o papel do editor na construção e divulgação dos relatos de viagem? Quais as redes e grupos de agentes culturais interessados em divulgar notícias e imagens sobre a China?

Que a atividade tipográfica na Europa tinha um grande poder na representação da China não é uma novidade. Importa, todavia, averiguar quais as formas e suportes iconográficos criados nos centros livreiros alemães. Os relatos de viagens como os de portugueses, entre outros, serão editados, em língua alemã, em edições de grande mérito artístico e cultural, pelo que intentar-se-á perceber o papel desta mediação.

PALAVRAS-CHAVE

China; Europa; imprensa sec. XVII; literatura de viagens

ABSTRACT

China is one of the countries which most attracted European attention in the 17th and 18th century. The first travellers expressed surprise and admiration at a society of great wealth, riches and police. The image drawn of Asian society and culture was a present topic in European knowledge networks, especially in Germany, which has always shown great interest in appropriating news and knowledge about “new worlds”.

This article therefore addresses the importance that China played in Germany's publishing sector, trying to show which (kind of) works on China were printed in Germany in the 17th century. What role did the publisher play in the construction and dissemination of travel accounts? What networks and groups of cultural agents were interested in news and images about China?

That the printing industry in Europe had great influence on the representation of China is well known. However, it is important to find out what iconographic forms and media were created in German book centres. Travellers' accounts such as those of the Portuguese, among others, were published in editions of great artistic and cultural merit, which allows to understand the role of this mediation.

KEYWORDS

China; Europe; 17th century's press; travel literature

Nos finais do século XVII, mais precisamente no ano de 1699, Gottfried Wilhelm Leibniz, um dos mais prestigiados filósofos e matemáticos do seu tempo, publica a *Novissima Sinica*, uma obra onde procurou recolher e refletir um completo e profundo conhecimento sobre a China e os chineses com vista a formular um amplo e consistente saber universal. Obras como a *Novissima Sinica* (1699), de Gottfried Wilhelm Leibniz, são geralmente consideradas exemplos notáveis da forma como os académicos alemães lidaram com a China. De facto, Gottfried Wilhelm Leibniz procurou uma compreensão aprofundada sobre a China e os chineses, a fim de formular um conhecimento universal abrangente e consistente (Lach, 1945).

De onde colhia e acolhia o filósofo as suas informações? Quais as fontes que poderia ter utilizado para atingir os seus ambiciosos objetivos? Tratar-se-ia de um interesse particular deste grande pensador germânico ou, pelo contrário, poder-se-á atestar uma grande curiosidade e inegável interesse pela China na Alemanha? Estas são algumas das perguntas que a edição desta obra desencadeia.¹

Na verdade, o Império Romano-Germânico, como já tivemos oportunidade de demonstrar em outras ocasiões (Lopes, 1993, 2011, 2012), não ficaria indiferente às novidades sobre novos mundos, estreitando contactos com outros países europeus, nomeadamente com Portugal, a fim de poder receber tanto produtos e mercadorias, como novas informações. Assim, desde que começam a chegar a Lisboa as naus da Carreira da Índia com exóticas e curiosas mercadorias orientais, que também mercadores (Mathew, 1997; Malekandathil, 1999; Pohle, 2000), príncipes e letrados germânicos se interessam pelo Oriente e pela China em particular (Walravens, 1987).

O interesse e a curiosidade pelas novidades orientais, patente desde as primeiras viagens portuguesas, tornar-se-ão, pouco a pouco, igualmente um gosto, um hábito e uma presença assídua nas coleções particulares, nos presentes a oferecer, bem como na decoração das salas e salões dos palácios em terras alemãs.

Tal como em Portugal, as porcelanas faziam rapidamente parte do quotidiano do Império e o seu uso espalhar-se-ia depressa pelas diferentes regiões da Alemanha (Eikermann, 2009).

O facto de os objetos e as mercadorias chegarem rapidamente a diferentes países da Europa e, em concreto, ao Império Romano-Germânico, não significa, contudo, que já se soubesse bem e claramente de onde vinham esses produtos.

¹ Este artigo é uma versão abreviada e revista do meu texto "Between author and editor: the representation of China in early modern Germany" apresentado em *Travels and knowledge: (China, Macau and global connections)* (Lopes, 2018).

Na verdade, quando em meados do século XVI o duque Albrecht V da Baviera (1528-1579) recebeu e introduziu objetos chineses no seu gabinete de curiosidades, ainda se fazia sentir a incerteza sobre a origem dos mesmos, persistindo a dúvida se viriam do Cataio ou da China. No globo de Peter Apian, datado de 1576, encontram-se ainda ambas as designações: Cataio a norte do mar da china, China a sul. Este misterioso nome, que viera a lume com o viajante Marco Polo (1254-1324), atrairia, como sabemos, muitos viajantes, sendo o mais conhecido Cristóvão Colombo que viria a organizar a sua viagem para ocidente à procura das *mirabilias* de Cataio (Wappenschmidt, 2009a).

A direta associação a uma terra de maravilhas, de ostentação e riqueza permaneceria no imaginário europeu. Entre as reveladas maravilhas, Marco Polo já mencionara a “porcellana” que, desde então, ficaria relacionada com estes mundos distantes para lá da Índia. Não será, pois, de surpreender que, durante muitos anos, os objetos chineses tenham sido mencionados entre outros produtos indianos, e, de um modo geral, se falasse de objectos indianos não só quando se visava indicar o algodão indiano, joias, pérolas, mas também quando se referiam à seda chinesa, à porcelana, à laca, sendo assim a designação a mesma: objetos “da índia, de la India”.

Por isso, entre os admiradores destes valiosos e requisitados objetos encontramos, por exemplo, os duques da Baviera que, tal como a família Habsburgo em Portugal, Espanha ou na Áustria, mostraram grande interesse e curiosidade por estas mercadorias. Albrecht V, casado, desde 1546, com Anna de Áustria (1528-1590), irá aproveitar os laços familiares para estabelecer contactos com a Península Ibérica, a fim de adquirir novas curiosidades. Em 1582, foram “70 peças de porcelana grandes, medias e pequenas” enviadas para Wilhelm V, filho de Albrecht V (1548-1626). Em 1590, numa carta a Filipe II de Espanha, I de Portugal (1527-1598), que também colecionava produtos e objetos orientais, como laca e seda, mencionam-se 100 peças (Wappenschmidt, 2009b, p. 38). O gosto oriental irá concludentemente enraizar-se na corte da Baviera e criar uma arreigada moda, como em outras regiões da Europa (Jordan-Gschwend, 1996; Seipel 2000).

De acordo com o inventário de Johann Baptist Fickler, membro da corte de Maximilian I (1573-1651), neto de Albrecht V, o gabinete de curiosidade da Residência de Munique teria, em 1598, perto de 6000 objetos. Entre os denominados objetos etnográficos, 300 seriam da China: peças de laca, porcelanas, pinturas, dois móveis, armas, sapatos, têxteis, que deveriam oferecer um olhar diversificado e colorido da arte e vida chinesas (Wappenschmidt, 2009b, p. 36).

Atraídos por estes objetos e raridades orientais, os duques da Baviera desenvolveram um inaudito gosto pelo que era oriental, o que leva o duque August d. J de Braunschweig-Lüneburg (1579-1666) a surpreender-se quando, em visita a Munique, vislumbra uma mesa cheia de peças de porcelana que, certamente como anota, deveriam ter levado 40 anos a reunir e a preparar” (Wappenschmidt, 2009b, p. 36), pois tratava-se de uma coleção que reunia 138 peças. Desde 1550 que a louça azul-branca, a famosa porcelana de Jingdezhen, que muitos príncipes europeus apreciavam e que procuravam adquirir junto dos mercadores portugueses, vinda de Macau até à Europa, chegava também a Munique. Albrecht V da Baviera receberia assim, em 1562, 170 peças de Portugal, das 195 que hoje compõem a coleção.

Não só porcelanas, como outros trabalhos, por exemplo, em laca, ou móveis, como a cadeira desdobrável, trazida pelos portugueses, seriam igualmente muito apreciados, como o sabe notar o diplomata e negociante em arte, Philipp Hainhof (1578-1647), na sua visita à galeria dos duques, em 1611.

Este gosto pelos objetos chineses iria, com efeito, criar, um mercado que viria, por sua vez, a incentivar a produção artística local. O exemplo mais conhecido é a coleção de D. Catarina de Bragança (1507-1578) que, na década de 1560, se tornou “perita” em mobiliário Ming, como atesta Annemarie Jordan-Gschwendt (1998), sendo a primeira monarca do Renascimento a ter cadeiras desdobráveis de origem chinesa.

Tal como D. Catarina, também as duquesas da Baviera não deixam de se fazer representar com um leque, como é o caso da duquesa Elisabeth da Baviera (1574-1635), esposa do duque Maximilian I.

O leque, originário das ilhas Léquiós – que se abria com uma ou duas folhas de papel pregueado –, poderia ser feito de seda, papel ou madeira. Conhecidos também no Japão e na China, os leques orientais, descritos pela primeira vez por Tomé Pires, em Malaca, tornar-se-iam um acessório de grande agrado das damas europeias (Jordan-Gschwendt, 1998, pp. 201-204).²

D. Maria I (1521-1577), filha de D. Manuel I, foi a primeira princesa portuguesa a ser retratada com um leque, por volta de 1550, mas a partir daí muitas damas da corte foram representadas com este objeto pessoal.

² Na sociedade oriental, os leques são adereços usados tanto por homens como por mulheres. Na Europa, os leques vão tornar-se um adorno diário privilegiado pelas mulheres. Em meados do século XVI, leques sortidos e de diferentes materiais, seda, penas, papel, laca, destacam-se como acessórios do quotidiano da corte lisboeta.

Foi D. Catarina de Áustria, rainha de Portugal, com o seu grande gosto por coisas orientais, e leques em particular, que instituiu o seu uso nas cortes europeias, desencadeando novos admiradores. Em 1564, D. Catarina de Bragança comprou 178 leques, muitos dos quais viria a oferecer como presentes. Três anos antes, em 1561, a rainha já tinha comprado outros quatro leques. Como sublinha Annemarie Jordan-Gschwendt, estes acessórios eram já uma moda notória na corte portuguesa, décadas antes de o seu uso se espalhar pela Europa, em finais do século XVI, tendo a corte portuguesa um papel pioneiro na sua introdução e disseminação na Europa (Jordan-Gschwendt, 1998, p. 204).

O fascínio e a atração revelam-se visivelmente na aquisição e apropriação de objetos orientais, mas o interesse e a curiosidade vão mais além. Assim, alguns dos colecionadores, como os já mencionados Maximilian e Elisabeth, desempenharam concretamente um papel essencial no apoio aos projetos missionários dos jesuítas na China, como já o tinham feito o seu pai, Wilhem V, e o seu avô, Albrecht V.

Na primavera de 1615, o missionário jesuíta Nicolas Trigault (1577-1628), na sua viagem pela Europa, vai visitar Munique, aonde chega a 8 de agosto de 1616. Na cidade alemã será recebido pelo duque Wilhelm V, o filho regente Maximilian e a sua esposa, Elisabeth von Lothringen, duquesa da Baviera. A família ducal tornar-se-ia, após este encontro, um importante apoio da missão chinesa: Wilhelm V vai dar um donativo anual na quantia de 500 florins, anotando no seu testamento que o sucessor irá manter esta doação. Os missionários receberam ainda valiosos presentes, principalmente instrumentos mecânicos, relógios, bem como 1000 exemplares de catecismos, em chinês, que irão seguir de Lisboa para a missão da China (Collani, 2009).

Reflexos deste intenso contacto com a missão chinesa encontram-se não só na frequente correspondência com aos jesuítas da China, mas também nas cartas que Maximiliano I e a sua esposa dirigiram ao imperador e à imperatriz da China, no ano de 1617 (Greindl, 2009).

Estes objetos e as notícias sobre o Império do Meio despertam naturalmente um grande interesse, devido ao seu significado para o conhecimento geográfico e universal. Assim, assiste-se a uma série de iniciativas de publicação de obras de autores que se deslocaram a estas regiões e que, por isso, podem transmitir uma ideia mais detalhada e fiável da sua realidade. Os impressores alemães sempre demonstraram um interesse notável pela evolução das concepções do mundo, tanto na geografia como na diversidade cultural, pelo que os editores alemães desenvolveram muitas iniciativas e projetos editoriais ambiciosos, transmitindo

uma ideia muito viva e dinâmica das redes de informação e circulação de saber sobre a China nos séculos XVII e XVIII.

A partir de meados do século XVI, a reformulação dos conceitos geográficos acerca do orbe terráqueo foi efetuada em novas edições de textos clássicos como a *Geografia* de Ptolomeu, nas quais foram acrescentadas informações recentemente descobertas sobre paisagens anteriormente desconhecidas. Um procedimento semelhante foi adotado, por exemplo, por Sebastian Münster (1488-1552) na sua *Cosmografia* que viria a ter um sucesso editorial sem precedentes e sem paralelo entre 1544 e 1628. No entanto, e mesmo introduzindo algumas informações e dados novos sobre o Império Chinês, *Il Millione* de Marco Polo continuaria a ser, para Münster e muitos outros estudiosos, mesmo no final do século XVI, uma importante referência sobre a China.

No seguimento de Sebastian Münster, outros estudos continuaram este intento de cartografar e mapear novos locais e territórios do mundo e do Oriente em particular, mas sempre com grandes dificuldades e hesitações, como o mostra o mapa impresso na edição de 1588 onde, mais uma vez, a mítica Cataio e a “verdadeira” China ainda coexistem.

Importava, por conseguinte, procurar o indelével contributo legado pelos viajantes que, com as suas observações e anotações, poderiam esboçar e delinear um mapa geográfico e cultural mais fiável, como é o caso do relato de viagem à Ásia, de Jan Huyghen van Linschoten (1563-1611), cuja edição viria a ajudar a transmitir informações mais recentes, bem como um mapa mais fiável. Considerando o seu trabalho como “descritores do mundo”, cartógrafos e editores ansiavam descrever e apresentar novos limites e contornos do mundo. Os mapas seriam como “óculos” através dos quais se poderia manter vivos os dados recolhidos e alcançar uma melhor compreensão e impressão do que tinha sido observado. É, portanto, através da ambição de tornar visível o que está distante que a descrição e a cartografia ganham reconhecimento como uma validação consistente do conhecimento.

De um modo geral, os mapas e também as cosmografias são, portanto, profusamente ilustradas num exercício de visualizar o espaço, também em relação à China. As gravuras – muitas das quais executadas por artistas conceituados – eram, por isso, por vezes reutilizadas por outros editores e editoras que queriam partilhar e dar acesso ao conhecimento geográfico expresso na ilustração. À semelhança dos mapas, também as imagens eram consideradas como os olhos, os óculos ou o espelho – expressões utilizadas em fontes coevas – que podiam

ajudar a compreender e a conceber lugares distantes. Naturalmente, os custos de produção podem também ter justificado a utilização repetida destas gravuras, mas não seria este apenas o motivo que levaria os editores a usá-las. O que estava em causa era sim a produção de um saber que importava registar e, por conseguinte, divulgar. Se hoje as imagens se assemelham mais a meras reconstruções da realidade, ter-se-á, todavia, de ter em atenção o cariz emergente do próprio processo de compreensão e representação da realidade. Se aos leitores de hoje poderá surpreender este conceito de representação, o certo é que não se pode descurar que estes trabalhos, sinais do nascimento de um espírito científico, procuravam dar resposta a uma cada vez maior exigência visual. Neste sentido, a arte, e a gravura em particular, revia-se neste esforço de apreensão do mundo, participando num grande projeto como meio de compreensão do globo, uma vez que a gravura seria considerada como um meio de captar, marcar e dar forma a realidades antes desconhecidas. Analisando a imprensa europeia de meados do século XV a meados do século XVI, Peter Parshall e David Landau afirmam que “[...] accurate visual representation was more than just a technical accomplishment. It was a highly specialized form of observation. [...] Making illustrations was a way of checking facts [...]” (Landau, Parshall, 1994, p. 257). Esta “verificação de factos” através de ilustrações está, portanto, presente em muitos géneros de obras, como em herbários, estudos anatómicos, bem como em relatos de viagem.

Na estreita relação entre a aquisição e a representação visual do novo saber, as imagens revelam-se como um meio, um veículo de investigação, compreensão e conhecimento do mundo. Neste sentido, os trabalhos dos gravadores, muitos deles, reconhecidos artistas, serão igualmente considerados sérios trabalhos de observação e apropriação da realidade, logo ensaios de investigação, entendidos igualmente na sua dimensão pedagógica. Neste sentido, e segundo este entendimento, também a representação da China será um tema da imprensa local alemã, como é o caso da edição do mencionado relato de viagem do bem conhecido Jan Huyghen van Linschoten (1563-1611), onde encontramos mapas e gravuras alusivas ao povo chinês. Importa, pois, salientar que a sua edição esteve a cargo do renomeado editor Theodor de Bry (1528-1598) que compilou vários relatos de viagem para elaborar o que chamou de *Colleccionem Orientales*.

Esta coleção enquadra-se perfeitamente naquilo a que Roger Chartier chamou “bibliotecas sem paredes” (Chartier, 1999, p. 117), constituídas por obras que procuravam reunir todo o saber do seu tempo, incluindo as realidades recentemente descobertas. Os leitores podiam encontrar nestas coleções não só os

relatos sobre determinadas regiões, mas também uma rica e cuidada galeria de imagens, muitas vezes com legendas explicativas, de modo a patentear e construir uma representação iconográfica de regiões distantes.

A edição de Theodor de Bry do *Itinerário* de Jan van Huyghen van Linschoten é um dos primeiros exemplos de como a imagem da China se vai integrando, e ganhando espaço e contornos, na vida intelectual e artística da Alemanha e da Europa dos séculos XVII e XVIII. Publicado em 1598, este relato de viagem permite dar informações sobre regiões menos conhecidas e distantes, como é o caso da China (Linschoten, 1997). Apesar de ser, em grande parte, fruto de um relato pessoal e individual, o texto de Linschoten não deixa de ser entendido, também ele, como uma suma. Assim, quando se trata da China, o texto menciona a obra do viajante espanhol Juan González de Mendoza (1545-1618), reforçando a imagem real do que observou, com o que lê e compila. O autor, sozinho ou com ajuda da equipa editorial, recorre a esta prática de escrita muito usual, com vista a traçar a imagem do mundo chinês. Assim, e embora não tenha estado no país, o autor teve acesso a informes sobre as suas gentes, mercadorias, embarcações ou costumes do seu povo.

Traçando um esquisso dos chineses, dos seus trajes e gostos, poder-se-á constatar que o gravador segue de perto as indicações do autor que, neste caso, teve a possibilidade de conhecer, mas nem sempre isso acontece. Em muitos casos, a escolha das imagens é determinada pela escrita, de modo que imagem e texto se entretecem mutuamente. No entanto, se a gravura nasce desta relação estreita e íntima com o texto, o certo é que ela não deixa de ganhar autonomia e criar o seu próprio espaço e léxico. Daí que a recepção destas obras visuais, e de muitas outras posteriores, assenta num estreito intercâmbio entre autor, editor e gravador num esforço comum de divulgação do conhecimento.

A Guerra dos Trinta Anos, com todas as suas consequências, interrompeu outras iniciativas editoriais, de modo que foi preciso esperar até meados do século XVII para ver um ambicioso projeto editorial que, na esteira do de Theodor de Bry, se propunha reforçar o conhecimento sobre a China e desenvolver a sua imagem iconográfica. É o caso do editor holandês Jacob van Meurs (ca. 1620-1680).

Nas décadas de 60 e 70 do século XVII, Meurs iniciou um grande projeto editorial dedicado à representação da China. Tal como Theodor de Bry, também Jacob van Meurs procurou encontrar os melhores e mais informados autores – e chegou mesmo a “produzir” certos autores. Estamos a referir-nos à edição de obras como as de Johan Nieuhof (1618-1672), Athanasius Kircher (1602-1680) ou

Olfert Dapper (1635-1689), entre outros. Jacob von Meurs, também ele gravador e homem de grande cultura e saber, convidava autores, definia projetos editoriais e encomendava as edições. (Ulrichs, 2003).

Em 1665, Meurs editou o relato de uma missão diplomática escrito por Johan Nieuhof, cuja publicação estava planeada para aparecer em diferentes línguas, primeiro em neerlandês, francês e alemão, e, já um ano depois, em inglês e latim. Neste caso, Johan Nieuhof reunia qualidades inéditas, sendo simultaneamente o viajante, o autor e o ilustrador de esboços iconográficos que serviram de base às gravuras da edição. Esta abordagem viria, de facto, a constituir uma referência para as obras futuras. Quer na moda *chinoiserie* visível nos palácios de toda a Europa, como motivos e temas em papéis de parede, mobiliário, cerâmicas ou lacas, quer nas obras de autores como Erasmus Francisci (1668), Eberhard Werner Happel, (1688) ou – já no século XVIII – Jean Baptiste Du Halde (1747), é possível observar a influência e o impacto da obra de Nieuhof e da sua representação da China (Ulrichs, 2003, p. 143).

Na esteira dos trabalhos anteriores e de uma tradição descritiva da arte holandesa, como o afirma Svetlana Alpers (Alpers, 1983), Johan Nieuhof irá dar muito espaço no seu relato a perfis e mapas de cidades por onde passou, como seja, por exemplo, a cidade de Cantão. O objetivo é permitir a quem não sabe muito sobre a China reconhecer e observar os principais traços que parecem caracterizar a cultura chinesa, como, por exemplo, a sua arquitetura ordenada e bem planeada. Basta recordar o longo capítulo dedicado a esta cidade chinesa por Gaspar da Cruz, que destaca a geometria das ruas, a sua amplitude, os arcos triunfais, as casas ou os canais, as muralhas ou os baluartes que causaram uma profunda impressão em todos os visitantes europeus (Cruz, 1997).

No entanto, imagens como a do “Vieux Viceroy” na cidade de Guangzhou, provavelmente esboçada por Johan Nieuhof em 1655, tornar-se-ão exemplos representativos de uma certa imagem da China, deixando reminiscências delas em muitas outras obras, ou em porcelana, papel de parede, entre outros. Outro exemplo são imagens de uma sociedade bem planificada, onde tudo está devidamente ordenado e organizado, sendo a China apresentada como uma sociedade de cultura e criatividade, que se mostra inovadora, capaz de surpreender e de se destacar nos ofícios e nas artes (Ulrichs, 2009). Ou ainda a famosa Torre de Porcelana (ou Pagode de Porcelana) em Nanjing, um dos maiores edifícios da China, com uma altura de quase 80 metros e nove níveis, construído com blocos de porcelana branca que se tornou um ícone na representação da China.

A produção e divulgação desta obra obedeceu a um ambicioso plano editorial de grande envergadura, contando com a participação de muitos gravadores – entre os quais o próprio Jacob von Meurs – e resultando de uma vasta teia de redes de conhecimento. Assim, a edição inglesa foi previamente negociada com o renomeado editor John Ogilby (1600-1676), em Londres, que pôde garantir desde o início uma ampla circulação do livro e um vasto impacto editorial.

O sucesso desta publicação estabeleceu uma referência de qualidade e profissionalismo para a edição de literatura de viagens, sempre identificada, quer pela necessidade de informação, quer pela procura de entretenimento (Ulrichs, 2003: 131-132). Assim, Meurs encontrou boas razões para organizar outras obras sobre a China.

Em 1667, Meurs publicou a obra do jesuíta alemão Athanasius Kircher numa edição latina. Kircher, “o último homem que sabia tudo”, como o caracteriza Paula Findlen (Findlen, 2004), é hoje reconhecido como um académico de grande mérito (Chang, 2003), embora a sua obra tenha sido ignorada durante muito tempo. Instalado em Roma, recebeu informações de jesuítas de todo o mundo que reuniu e compilou tematicamente na sua *China illustrata*. É por isso que, por exemplo, os relatos de Álvaro Semedo (1585-1658) ou Gabriel Magalhães (1610-1677) foram incluídos na edição de Kircher. Um dos temas preferidos deste insigne jesuíta era a procura de uma língua universal. Assim, tentou captar os caracteres chineses, comparando-os com os hieróglifos egípcios. O facto de a cultura chinesa ser tão dedicada à escrita é uma das suas características mais desafiantes para um estudioso europeu como Kircher (Mungello, 1989).

Outro escritor convidado por Jacob van Meurs para o seu empreendimento editorial é Olfert Dapper, um médico de Amesterdão que acabou por se tornar o autor mais proeminente de Meurs, uma vez que viria a publicar uma vasta gama de obras não só sobre a China, mas também sobre outras regiões do mundo. Olfert Dapper, que nunca viajaria para fora da Europa, escreveu um livro completo sobre a China em 1670, com a ajuda do seu editor e dos círculos de académicos a que pertencia. Uma das suas fontes de informação poderá ter sido a coleção de Nicolaes Witsen (1641-1717), mais tarde presidente da Câmara de Amesterdão e administrador da VOC, um famoso colecionador de livros, compilando um número infindável e diversificado de informes sobre a China (Ulrichs, 2003: 134). Embora as imagens desta publicação representem uma qualidade muito aquém das da edição de Johan Nieuhof, não deixam de estar sob a influência da obra anterior,

realçando temas e assuntos já delineados anteriormente, como a representação do “Vieux Viceroy” tema do frontispício da obra de Olfert Dapper.

Embora não possamos entrar em mais pormenores, gostaríamos de salientar que a história do livro na era moderna, como refere Roger Chartier, ainda oferece muitas surpresas (Chartier, 1999). Os livros, enquanto parte de uma edição, são um produto em série, mas simultaneamente devem ser considerados como objetos individuais em que cada exemplar pode apresentar características diferentes. Há características diferentes de edição para edição (como entre a publicação alemã e a holandesa), mas outras diferenças dependem do colecionador ou do proprietário do próprio livro. Alguns dos exemplares, que encontramos nas bibliotecas atuais, não apresentam apenas o texto original impresso com as gravuras originais, mas incluem também páginas e imagens adicionais, anexadas à versão original pelos seus utilizadores – como se pode ver, por exemplo, no exemplar da edição holandesa existente na Biblioteca de Heidelberg. A intenção original da publicação de oferecer uma imagem abrangente da China é assim retomada pelo seu leitor que continua – num certo sentido – o trabalho de recolha e compilação.

Olfert Dapper, que já tinha publicado, em 1668, uma obra semelhante sobre o continente africano (Jones, 1989, Lopes, 2002), publica em 1670 a sua monografia sobre a China, seguida mais tarde por dois volumes sobre a Ásia, publicados em 1672 e em 1680. São obras de dimensão quase enciclopédica, em que o autor compila relatos de viagens, bem como numerosos manuscritos, compondo assim uma primeira obra de síntese histórica sobre a África, a China e a Ásia.

Tendo em conta os numerosos diários de viagem neerlandeses, mas também os textos portugueses, espanhóis, alemães, franceses ou ingleses, Olfert Dapper empreende uma descrição exaustiva e global. A inexistência de uma monografia anterior poderá ter sido o impulso para este ambicioso projeto, tanto para o editor Jacob von Meurs convidar o autor como para o próprio autor. O resultado é, de facto, uma espécie de soma de conhecimentos sobre a China, com base nas fontes de conhecimento mais difundidas e disponíveis na época.

O significado e a importância da sua obra não tardaram a ser reconhecidos e tornaram-se notórios mesmo muitos anos após a sua morte, ocorrida em 1689, com a publicação de um volume então denominado *Dapperus exoticus curiosos* (1717) que retomava partes dos livros lançados anos antes graças às iniciativas editoriais de Jacob von Meurs.

Com base em exemplos representativos e marcantes da atividade tipográfica alemã, procurámos demonstrar como a informação sobre a China foi sendo pro-

gressivamente recolhida, compilada e divulgada em projetos editoriais de grande dinamismo e vitalidade, revelando redes e círculos de apreço e curiosidade pelos novos conhecimentos. Assim, e procurando responder à pergunta que lançámos no início sobre o empenho público e as fontes em que Gottfried Wilhelm Leibniz terá fundamentado a sua *Novissima Sinica*, comprova-se um claro e manifesto interesse e gosto pela China na Alemanha dos séculos XVI e XVII.

Referências bibliográficas

- Alpers, S. (1983). *The art of describing: Dutch art in the seventeenth century*. Chicago: University of Chicago Press.
- Chang, Sh.-Ch. (2003). *Natur und Landschaft: der Einfluss von Athanasius Kirchers „China Illustrata“ auf die europäische Kunst*. Berlin: Reimer.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro. Do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP.
- Collani, C. von (2009). Die Förderung der Jesuitenmission in China durch die Bayerischen Herzöge und Kurfürsten. In *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte: 400 Jahre China und Bayern* (pp. 92-104). München: Hirmer.
- Cruz, G. (1997). *Tratado das coisas da China*. (Évora, 1569-1570). Lisboa: Cotovia.
- Dapper, O. (1676). *Gedenkwürdige Verrichtung der Niederländischen Ost-Indischen Gesellschaft in dem Kaiserreich Taising oder Sina...* Amsterdam: Bey J. von Meurs.
- Du Halde, J. B. (1747). *Ausführliche Beschreibung des Chinesischen Reichs und der grossen Tartarey*: aus dem Französischen ... übersetzt. Rostock: Koppe.
- Eikermann, R. (2009). *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte: 400 Jahre China und Bayern*. München: Hirmer.
- Francisci, E. (1668). *Ost- und west-indischer wie auch sinesischer Lust- und Stats-Garten...* Nürnberg: In Verlegung Iohann Andreæ Endters und Wolfgang desz Iüngern Sel. Erben.
- Findlen, P. (2004). *Athanasius Kircher: the last man who knew everything*. New York: Routledge.
- Greindl, G. (2009). Die Briefe Maximilians I. und Elisabeths von Bayern an den chinesischen Kaiser im Jahre 1617. In *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte: 400 Jahre China und Bayern* (pp. 105-111). München: Hirmer.
- Happel, E. W. (1688). *Thesaurus exoticorum, oder, Eine mit ausländischen Raritäten und Geschichten wohlversehene Schatz-Kammer...* Hamburg: Gedruckt und verlegt durch Thomas von Wiering.
- Jones, A. (1989). Olfert Dapper et sa description de l' Afrique. In O. Dapper, L. Husson, Ch. Falgayrettes, Ph. M. Martin, & A. Jones (Eds.), *Objectis Interdits* (pp. 72-81), Paris: Fondation Dapper.
- Jordan-Gschwend, A. (1996). As maravilhas do Oriente: colecções de curiosidades renascentistas em Portugal. In *A Herança de Rauluchantim* (pp. 82-127). Lisboa: CNCDP.

- Jordan-Gschwend, A. (1998). O Fascínio de Cipango. Artes decorativas e lacas da Ásia Oriental em Portugal, Espanha e Áustria (1511-1598). In M. S. Cunha (Coord.), *Os Construtores do Oriente Português* (pp. 195-227). Porto: Edifício da Alfândega.
- Kircher, A. (1667). *China monumentis, qua sacris qua profanis, nec non variis naturae et artis spectaculis, aliarumque rerum memorabilium argumentis illustrata*. Amsterdam: Meurs.
- Lach, D. F. (1945). Leibniz and China. *Journal of the History of Ideas*, 6, 436-455.
- Landau, D., & Parshall, P. W. (1994). *The Renaissance print, 1470-1550*. New Haven: Yale University Press.
- Leibniz, G. W. (1699). *Novissima Sinica historiam nostri temporis illustrate*. s. l.
- Linschoten, J. H. van (1997). *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias orientais ou portuguesas* (Eds. A. Pos & R. Loureiro). Lisboa: CNCDP.
- Linschoten, J. H. van (1598). *Ander Theil der Orientalischen Indien, Von allen Völckern, Insulen, Meerporten, fliessenden Wassern vnd anderen Orten, so von Portugal auß, lengst dem Gestaden Aphrica biß in Ostindien vnd zu dem Land China, sampt andern Insulen zu sehen seind*. Franckfurt am Mayn: Johann Israel de Bry, and Johann Theodor de Bry.
- Lopes, M. S. (1993). Die portugiesischen Entdeckungen in deutschen Schriften des 16. Jahrhunderts. In *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. 20 (1988-1992), 132-141.
- Lopes, M. S. (2002). *Da descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem.
- Lopes, M. S. (2011). (Re) Descobrir o mundo em livros, revistas e jornais. Hamburgo e as notícias de além-mar (1650-1700). In A. Curvelo, & M. Simões (Eds.), *Portugal und das Heilige Reich (16.-18 Jahrhundert)* (pp. 169-178). Münster: Aschendorff Verlag.
- Lopes, M. S. (2012). From Discovery to Knowledge: Portuguese Maritime Navigation and German Humanism. In M. Barbara, & K. A. E. Enenkel (Eds.), *Portuguese Humanism and the Republic of Letters* (pp. 425-446). Leiden: Brill.
- Lopes, M. S. (2018). Between author and editor: the representation of China in early modern Germany. In L. F. Barreto & W. Zhiliang (Eds.), *Travels and knowledge: (China, Macau and global connections)* (pp. 203-217). Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- Malekandathil, P. (1999). *The Germans, the Portuguese, and India*. Münster: Lit.
- Mathew, K. S. (1997). *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany: sixteenth century*. New Delhi: Manohar.
- Mungello, D. E. (1989). *Curious land: Jesuit accommodation and the origins of Sinology*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Nieuuhof, J. (1665). *Het gezantschap der Neêrlandsche Oost-Indische Compagnie, aan den grooten Tartarischen Cham, den tegenwoordigen keizer van China: waar in de gedenkwaardighste geschiedenissen, die ... sedert 1655 tot 1657 zijn voorgevallen ... verhandelt worden. Beneffens een naukeurige beschryving der Sineesche steden, dorpen, regeering*. Amsterdam: by Jacob van Meurs.

- Nieuhof, J. (1666). *Die Gesantschaft der Ost-Indischen Gesellschaft in den Vereinigten Niederländern an den tartarischen Cham und nunmehr auch sinischen Keiser verrichtet durch die Herren Peter de Gojern und Jacob Keisern: darinnen begriffen die aller märkwürdigsten Sachen welche ihnen auf wählender Reise vom 1655 Jahre bis in das 1657 aufgestossen*. Amsterdam: Gedruckt und verlegt durch Jacob Mörs.
- Nieuhof, J. (1665). *L'ambassade de la Compagnie Orientale des Provinces Unies vers l'Empereur de la Chine, ou Grand Cam de Tartarie, faite par les Srs. Pierre de Goyer, & Jacob de Keyser, illustrée d'une tres-exacte description ... de la Chine: enrichie d'un grand nombre de tailles douces*. A Leyde: pour Jacob de Meurs, marchand libraire & graveur de la ville d'Amsterdam.
- Pohle, J. (2000). *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster: Lit.
- Seipel, W. (2000). *Exotica: Portugals Entdeckungen im Spiegel fürstlicher Kunst- und Wunderkammern der Renaissance*. Eine Ausstellung des Kunsthistorischen Museums Wien mit Unterstützung des Calouste Gulbenkian Museums in Lissabon. Milano: Skira.
- Ulrichs, F. (2003). *Johan Nieuhoofs Blick auf China (1655-1657): die Kupferstiche in seinem Chinabuch und ihre Wirkung auf den Verleger Jacob van Meurs*. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Ulrichs, F. (2009). Von Nieuhof bis Engelbrecht: das Bild Chinas in süddeutschen Vorlagenstichen und ihre Verwendung im Kunsthandwerk. In R. Eikelmann (Ed.), *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte: 400 Jahre China und Bayern* (pp. 292-302). München: Hirmer.
- Walravens, H. (1987). *China illustrata: das europäische Chinaverständnis im Spiegel des 16. bis 18. Jahrhunderts*. Weinheim: VCH.
- Wappenschmidt, F. (2009a). „Wo liegt ‚Cathay‘? Von ‚indianischen‘ und chinesischen ‚Wunderdingen‘ am Hof der Wittelsbacher“, In R. Eikelmann (Ed.), *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte: 400 Jahre China und Bayern* (pp. 21-35). München: Hirmer.
- Wappenschmidt, F. (2009b). „Der Reiz des Fremden. Frühe chinesische Porzellane, Lacke und Malereien in der Münchner Kunstkammer“. In R. Eikelmann (Ed.), *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte: 400 Jahre China und Bayern* (pp. 36-43). München: Hirmer.